

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
REQUERIMENTO Nº , DE 2019

(Da Sra. Deputada PROFESSORA ROSA NEIDE)

Requer informações ao Ministro da Educação sobre estudos que sustentam eventual modelo de fomento às chamadas escolas cívico-militares, especialmente eventuais referências similares desenvolvidas em outros países.

Senhor Presidente:

Requeiro, com base no artigo 50, § 2º da Constituição Federal combinado com o § 2º, inciso V do artigo 24, e na forma dos artigos 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que seja encaminhado Requerimento de Informação sobre estudos que sustentam o modelo de fomento às chamadas escolas cívico-militares pelo Ministério da Educação (MEC), especialmente eventuais referências similares desenvolvidas em outros países.

JUSTIFICAÇÃO

O Ministério da Educação, no último período, tem empenhado seus discursos e iniciativas para sustentar, apoiar e fomentar os denominados modelos cívico-militares para escolas públicas brasileiras.

Para o cumprimento de sua agenda, o governo firmou que o Ministério da Educação poderá estabelecer parcerias com instituições civis e militares que

“apresentam experiências exitosas em educação”. Não está devidamente esclarecida qual a compreensão, do MEC, do que sejam experiências exitosas de educação, sobretudo se estas serão “exitosas” considerando o universo de 48 milhões de matrículas, mais de dois milhões de docentes e mais de 180 mil escolas brasileiras. Questionamos: quando se indica um modelo de fomento, o MEC está considerando a realidade do conjunto do sistema brasileiro, diversa e complexa, para a qual deveria haver sinalizações de cooperação e investimentos por parte do órgão?

O governo decidiu, já em 2 de janeiro de 2019, por meio do Decreto nº 9.665 (que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos do MEC), sem dialogo com as entidades do campo educacional e ao arrepio de qualquer referência no Plano Nacional de Educação, criar uma Subsecretaria de Fomento às Escolas Cívico-Militares. **Gostaríamos de obter os estudos que subsidiam tal conformação.**

Presente em Reunião Ordinária na Comissão de Educação, em 23 de março de 2019, o então ministro Ricardo Vélez Rodríguez sinalizou que a proposta de fomento a escolas cívico-militares que estava sendo planejada considerando experiências desenvolvidas em países como Chile e Inglaterra. Gostaríamos de confirmar tal informação, bem como obter registros sobre tais experiências e as análises efetivadas sobre as mesmas pelo MEC.

O Ministério da Educação sinaliza que adotará, como um dos eixos principais de sua atuação para melhoria da qualidade da educação básica, o fomento a um suposto modelo bem-sucedido de educação-aprendizagem, como se somente as escolas militares/militarizadas pudessem ser referenciais como se, ademais, não existissem escolas públicas - municipais, estaduais e federais – ofertando educação de qualidade, com bons resultados, inclusive no IDEB. Ora: se experiências educativas militares/militarizadas podem ser consideradas exitosas por alguns, é verdadeiro que elas são mais bem financiadas e são para poucos, orientada para carreiras militares, por exemplo.

É bom que ressaltemos: se a educação promovida pelo exército e pelas polícias, entre outras instituições, pode ser bem avaliada, ela deve ser considerada dentro dos seus limites institucionais e organizativos, ou seja, sob supervisão de

estruturas militares, justamente por suas características próprias, **compatíveis** **fortemente com a atividade preparatória para a carreira militar.**

Que experiências, nacionais e/ou internacionais, sustentam a ideia de propor e desenvolver um modelo de “escola de alto nível”, para todo o país, com base nos padrões de ensino e modelos pedagógicos empregados nos colégios militares do Exército, das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros Militares, para os ensinos fundamental e médio?

Uma realidade é a criação e manutenção de escolas por tais corporações dentro de suas missões, realidades e condições de financiamento próprias, majoritariamente beneficiando dependentes de tais servidores e introduzindo cobrança de taxas, restrições a direitos individuais e limites à gestão democrática da educação. Outra realidade é um modelo que se preste a atender públicos mais amplos.

O que se espera é que a ação do MEC voltada para as escolas brasileiras, TODAS, se oriente para colaborar na garantia de boa infraestrutura, docentes bem remunerados e formados, efetiva participação dos pais e da comunidade escolar, com gestão democrática, bem como uma formação ampla e cidadã, com financiamento compatível, ancorado em um conceito de custo aluno qualidade válido para todas as escolas e sistemas de ensino. Ora: não é possível considerar a realidade dos institutos federais e projetos desenvolvidos pelas redes estaduais municipais de educação?

Avaliamos que preconizar e fomentar um modelo supostamente “ideal”, que em geral é oferecido em centros urbanos e para poucos estudantes, significa aprofundar desigualdades educacionais. Assim, gostaríamos de **obter os estudos prévios, análises nacionais e internacionais, que orientam o MEC no fomento às escolas com modelo de gestão e pedagógico de tipo militar** em realidades complexas e com um sistema educacional grande e de caráter universal como o brasileiro.

Tendo em vista o exposto apresento este requerimento de informações.

Sala das Sessões, em de abril de 2019.

Deputada PROFESSORA ROSA NEIDE
(PT-MT)